

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 122, DE 24 DE SETEMBRO DE 2025

COMITÊ DE INVESTIMENTOS – IPASP

Às dez horas do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e cinco, na sede do IPASP, reuniu-se o Comitê de Investimentos, com a presença do Senhor Antônio Carlos Schiavon, Presidente do Instituto, da Senhora Márcia Adriana Rodrigues, assessora de gabinete, do Senhor Leonardo Rombola de Souza Martins, Gestor dos Recursos Financeiros do Regime Próprio de Previdência Social, do Senhor Marcel Gustavo Zotelli, Conselheiro do Instituto e do Senhor Douglas Sarti Toledo, Conselheiro do Instituto. A presente reunião teve a seguinte pauta: **discussão sobre o cenário econômico; resultados do mês anterior; alocações de recursos; acompanhamento dos investimentos recentes.**

A reunião iniciou-se com a apresentação do relatório mensal. Em seguida, foi apresentada a discussão sobre o panorama do mês anterior. Em agosto, os mercados globais mantiveram viés positivo, apoiados pela expectativa de cortes de juros nos EUA. Dados de emprego mais fracos e revisões negativas reforçaram a visão de desaceleração controlada, abrindo espaço para flexibilização monetária. Bolsas no exterior seguiram firmes com balanços fortes e dólar mais fraco, apesar de incertezas fiscais e tarifárias. O apetite por risco se manteve, mas de forma desigual entre praças. No Brasil, o Ibovespa reagiu com alta expressiva após julho, sustentado pela entrada de capital estrangeiro, melhora do sentimento global e força de exportadoras e setores sensíveis a juros. A deflação do IPCA (-0,11%) reforçou a percepção de política monetária restritiva e apoiou a bolsa. O real valorizou, mas o risco fiscal e as tensões tarifárias persistem. Selic estável e expectativa de cortes externos fecharam juros intermediários, favorecendo prefixados e IPCA+. Índices: CDI 1,16%, IMA-B 0,84%, IRF-M 1,66%, Ibovespa 6,28%, S&P 500 1,91%, MSCI World -0,72%, BDRX -0,63%. A carteira de investimentos do instituto teve retorno de 1,18% em agosto, acima da meta de 0,30%, e acumulado anual de 8,29%, superando a meta de 6,57%, com destaque para pós-fixados e ações locais, compensando perdas em BDRs e volatilidades em IPCA+. Portanto, decidimos alocar as **Contribuições Previdenciárias** do fundo de **repass** em ativos atrelados ao CDI. As Contribuições Previdenciárias do fundo de **reserva** serão aplicadas da seguinte forma: R\$ 1.400.000,00 no fundo SANTANDER DIVIDENDOS FIC AÇÕES ou GUEPARDO AÇ VALOR INSTI, conforme a melhor rentabilidade e índice de sharpe no momento da realocação, e o restante será dividido nos fundos SAFRA IMA e CAIXA ESPECIAL 2028. Referentes às alocações e realocações **decididas anteriormente**: no dia 29/08, as contribuições previdenciárias dos fundos de repasse e reserva foram alocadas nos fundos SANTANDER DI TP e CAIXA TP. No dia 12/09, foi efetuada a liquidação do fundo ITAU AÇ DUNAMIS, no valor de R\$ 2.200.000,00, realocado no fundo TARPON GT INSTITUCIONAL. No dia 15/09, foram realocadas as contribuições previdenciárias do fundo de reserva: R\$ 1.200.000,00 para o fundo SANTANDER DIVIDENDOS FIC AÇÕES, R\$ 1.200.000,00 para o fundo CAIXA IMA-B e R\$ 3.000.619,99 no fundo CAIXA ESPECIAL 2028 (a taxa de IPCA+7,91% a.a.). No mesmo dia, foi feito o resgate do fundo BB IRF-M1 do fundo de reserva, no valor de R\$ 4.073.112,24, e realocado no fundo BB TESOUREO SELIC. No dia 16/09, ocorreu a liquidação do resgate total do fundo BB IRF-M e de R\$ 2.000.000,00 do fundo BB IMA-B5, do fundo de repasse, que foram realocados no fundo CAIXA GESTÃO ESTRATÉGICA com valor total de R\$ 2.110.166,49. Também no dia 16/09, deram-se os resgates totais dos fundos CAIXA IRF-M1 e CAIXA IDKA IPCA 2A, do fundo de reserva, com valor total de R\$ 10.674.115,86, desse valor, no dia 17/09, R\$ 1.000.000,00 foi realocado no fundo CAIXA IMA-B RF TP, R\$ 3.174.115,86 realocado no fundo CAIXA TÍTULOS PÚBLICOS RF CP e R\$ 6.500.000,00 no fundo CAIXA ESPECIAL 2028 (a taxa de IPCA+7,87% a.a.). O resgate do fundo BRADESCO INFLAÇÃO CP LP RF será liquidado no dia 29/09 e será realocado no BRADESCO DI PREMIUM RF CP, conforme decidido anteriormente. Quanto à decisão de aplicação no fundo KINEA DESENVOLVIMENTO LOGÍSTICO II – KDLG11, no mesmo dia da última reunião do comitê o representante do Itaú informou que todas as cotas disponíveis já haviam sido subscritas, esgotando-se bem antes do prazo inicialmente previsto para janeiro de 2026. Sobre as mudanças de realocação dos fundos IRF-M1 e IDKA IPCA 2A para NTN-B+ e CDI: a opção pelas NTN-B's reflete a busca por maior potencial de retorno real em um horizonte mais longo, aproveitando taxas de juros reais ainda atrativas. Em contraste, os fundos IRF-M1 e IDKA 2A, apesar de oferecerem menor volatilidade, estão mais expostos ao risco de reinvestimento e têm potencial de ganho limitado em um cenário de queda de juros. Com as perspectivas atuais de estabilidade ou redução gradual da Selic e incertezas fiscais no curto prazo, consideramos mais vantajoso alongar parte da *duration* para capturar o prêmio real oferecido pelos papéis indexados ao IPCA, mantendo apenas uma parcela menor em CDI simples para liquidez e segurança. Referente às **alocações e realocações futuras**: após análise das condições de mercado, do desempenho dos ativos e da aderência da carteira às diretrizes da Política de Investimentos vigente, o Comitê concluiu que, exceto pelas decisões registradas em atas anteriores, que continuam válidas, não há necessidade de realocações no presente momento. Constatou-se que a carteira permanece enquadrada nas normas legais e regulamentares, adequada ao perfil de risco estabelecido e compatível com o cumprimento da meta atuarial e das obrigações previdenciárias. Embora existam oportunidades em ativos de maior risco, o cenário ainda pode apresentar volatilidade. Como a meta anual está iminente e o portfólio está bem posicionado em NTN-Bs e renda variável - ainda que possam existir espaços para realocações pontuais nessas classes -, optou-se por manter a alocação atual, preservando resultados e evitando riscos desnecessários. Destacou-se que a adoção de investimentos

com *duration* mais elevada será avaliada após a conclusão do estudo de ALM atualmente em desenvolvimento, permitindo melhor alinhamento entre ativos e passivos do Instituto. O Comitê continuará acompanhando de forma diligente a evolução do mercado, a fim de avaliar, quando necessário, novas alternativas de investimentos que se mantenham adequadas ao perfil e aos objetivos do Instituto. Nos *próximos meses*, o cenário segue positivo e voltado para possíveis quedas de juros americana e a estratégia geral mantém a visão das atas anteriores: manter parcela relevante da carteira atrelada ao CDI, em razão do carregamento ainda elevado. No entanto, há espaço para redução gradual dessa exposição, com incremento em renda fixa de maior *duration* que oferecem prêmios reais atraentes e podem se beneficiar de maior estabilidade fiscal e do possível fechamento da curva de juros. No segmento de renda variável, o Ibovespa continua descontado em *valuation*, sustentado pelo fluxo estrangeiro e por empresas exportadoras. Investimentos no exterior e BDR's podem apresentar performance superior caso o câmbio se estabilize e o apetite global por risco se mantenha. Nessa lógica macroeconômica, segue importante buscar oportunidades de diversificação em ativos e índices diversos, porém sempre acompanhados de análises e acompanhamentos consistentes. Investimentos em FIIs e FIPs, ativos de maior *duration* e com risco elevado, são reconhecidos como estratégicos para diversificação, mas exigem análise detalhada do ALM, seleção de gestoras com histórico consistente, governança robusta e controle de risco e liquidez e devem estar congruentes com a política de investimentos do Instituto. O objetivo do Comitê é maximizar a probabilidade de cumprimento das metas de investimento e da meta atuarial, assegurando um perfil de risco controlado e o integral atendimento das obrigações previdenciárias, sem a pretensão de buscar retornos adicionais em relação aos benchmarks de mercado. Por fim, não houve convocação de *assembleia de fundos*. No que diz respeito aos *fundos estressados*: foi registrada a comunicação da Administradora RJI Corretora, em 05/09, referente à rerratificação da consulta formal e o envio do regulamento consolidado do fundo GERAÇÃO DE ENERGIA FIP MULTIESTRATÉGIA, com prorrogação da duração até 29/06/2027 e aprovação da operação de financiamento de litígio com investidor externo. O regulamento passou a permitir a continuidade da arbitragem até o encerramento do fundo, e os honorários de êxito do escritório Vieira Rezende só poderão ser pagos após a quitação do investidor e se houver recursos disponíveis. O plano de encerramento e a operação de financiamento foram aprovados pela maioria das cotas. Na conferência mensal de 16/09, o Grupo Green Oil registrou R\$ 8,6 milhões em caixa, sem novas receitas, e o fundo permaneceu sem movimentação, com patrimônio líquido negativo de R\$ 22,2 milhões. No processo de arbitragem CAM-CCBC 108/2024/SEC8, foi nomeado presidente favorável ao fundo, com audiência prevista para abril de 2026, e os pagamentos seguem sendo realizados pela Qanlex. Persistem inquérito civil por suposto dano ambiental, ação judicial contra a ANEEL com multa prescrita e litígios trabalhistas e cíveis envolvendo a Green Oil e suas controladas. A Demonstração Financeira auditada da Green Oil Participações S.A. em 2024 apresentou prejuízo de R\$ 4,4 milhões e patrimônio líquido negativo de R\$ 1,8 milhão, com parecer sem ressalvas, mas registrando incerteza quanto à continuidade operacional. Além disso, foi discutida a 'Operação Carbono', que investiga alegados vínculos de organizações criminosas com fundos de investimento e que, segundo notícias veiculadas, inclui administradoras de dois fundos estressados do instituto, o ROMA AÇ (BFL administradora) e o TREND BANK FIDC (Genial investimentos) - os fundos não estão citados diretamente na denúncia. Ressaltou-se que, por se tratarem de fundos fechados, não há possibilidade de resgate ou movimentação imediata. O Comitê deliberou pelo acompanhamento contínuo da situação, bem como pela solicitação de informações formais aos administradores/gestores, de modo a manter atualizado o monitoramento e os registros internos sobre eventuais desdobramentos. Para mais, houve *credenciamento* das instituições: XP VISTA ASSET MANAGEMENT LTDA (CNPJ: 16.789.525/0001-98) e BANCO DAYCOVAL S.A (CNPJ: 62.232.889/0001-90). Foram pedidas *análises de fundos* à consultoria de investimento: XP SELECTION PRIME FEEDER INSTITUCIONAL FIP (CNPJ: 61.811.959/0001-00), VINCI OPORTUNIDADES LOGÍSTICAS RESP LIMITADA FII - VIOL11 (CNPJ: 57.909.000/0001-26), ambos com impasses e dúvidas quanto aos ativos, e IT NOW S&P TESOUREIRO AMERICANO 10 ANOS BRL RESP LIMITADA FUNDO DE ÍNDICE - T10R11 (CNPJ: 62.013.226/0001-84), ainda em análise. Foram discutidos os *encontros/reuniões* a seguir: VINCI PARTNERS, XP INVESTIMENTOS, ITAÚ ASSET, EMPIRE CAPITAL, ITAJUBÁ INVESTIMENTOS e BRADESCO ASSET. Por último, os membros aprovaram os *resgates para pagamento de benefícios e as aplicações* realizadas referentes ao mês de agosto de 2025. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, para a qual eu, Leonardo Rombola de Souza Martins, lavei por mim e pelos membros.

Antônio Carlos Schiavon
Presidente do IPASP

Márcia Adriana Rodrigues
Assessora de Gabinete



**Instituto de Previdência e Assistência Social
dos Funcionários Municipais de Piracicaba**

Leonardo Rombola de Souza Martins
Gestor de Recursos Financeiros

Douglas Sarti Toledo
Conselheiro do IPASP

Marcel Gustavo Zotelli
Conselheiro do IPASP